



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

175

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 13/08/1997
C	Stolnitsa
	Rubrica

Processo : 13637.000146/95-46

Sessão : 13 de maio de 1997  
Acórdão : 203-03.030  
Recurso : 98.487  
Recorrente : FRANCISCO RODRIGUES MONTEIRO  
Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

**ITR - CORRIGENDA DE DADOS DECLARADOS PELO CONTRIBUINTE**  
- POSSIBILIDADE ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - JULGAMENTO SINGULAR QUE ENTENDEU INCORRETAMENTE A IMPUGNAÇÃO COMO RETIFICAÇÃO - A impugnação do lançamento não se confunde com o instituto de retificação. Assim merece ser anulada a decisão singular que entendeu de forma diferente, devendo ser procedido novo julgamento, no sentido de ser analisado o aspecto de mérito. **Processo que se anula a partir da decisão de primeira instância, inclusive.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: FRANCISCO RODRIGUES MONTEIRO.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em anular o processo a partir da decisão de primeira instância, inclusive.** Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues e Daniel Corrêa Homem de Carvalho.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Mauro Wasilewski  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Renato Scalco Isquierdo, Sebastião Borges Taquary, Roberto Velloso (Suplente) e Henrique Pinheiro Torres (Suplente).

/OVRS/CF-GB/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13637.000146/95-46

Acórdão : 203-03.030

Recurso : 98.487

Recorrente : FRANCISCO RODRIGUES MONTEIRO

## RELATÓRIO

Conforme Notificação de fls. 02, exige-se do contribuinte acima identificado o recolhimento de 133,88 UFIR, relativo ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR, Contribuições SENAR e Sindical Rural CNA, correspondentes ao exercício de 1994, do imóvel de sua propriedade denominado "Vargem do Saco", cadastrado no INCRA sob o Código 443 212 000 264 5, localizado no Município de Piedade do Rio Grande - MG.

Na tempestiva Impugnação de fls. 01, instruída com os Documentos de fls. 02/05 (Notificação de Lançamento, Parecer Técnico/EMATER-MG e Declaração Retificadora ITR/1994), o interessado alega que, na Declaração de ITR/1994, o VTN foi declarado com erro. Na nova Declaração de ITR foi feita a retificação do valor do imóvel e do VTN.

A autoridade julgadora de primeira instância, através da Decisão de fls. 12/16, julgou procedente o lançamento, resumindo seu entendimento nos termos da Ementa de fls. 12 que se transcreve:

### **"IMPOSTO TERRITORIAL RURAL INSUFICIÊNCIA/INEXISTÊNCIA DE PROVAS - LANÇAMENTO RATIFICADO**

O artigo 29 do Decreto 70.235/72 assegura à autoridade administrativa julgadora a formação de sua livre convicção. Julgadas insuficientes ou inexistentes as provas acostadas aos autos, ratificada estará a presunção de legitimidade de que goza o lançamento tributário, solucionando o litígio em primeira instância.

**Lançamento procedente".**

Insurgindo-se contra a decisão singular, o notificado recorre tempestivamente a este Conselho de Contribuintes, através do Documento de fls. 19, informando que os valores do imóvel e da terra nua foram superestimados, e, para provar o alegado, anexa Laudo Técnico emitido pelo Engenheiro Agrônomo da EMATER, após visita à propriedade (fls. 20).



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13637.000146/95-46  
Acórdão : 203-03.030

Como resultado da Diligência determinada às fls. 26, o Recorrente juntou declarações de tabeliões de Cartórios de Registro de Imóveis da região.

Também foi cumprida a Diligência determinada às fls. 46, com a juntada de documento da EMATER-MG esclarecendo que o Parecer e o Laudo de Avaliação, que constam no processo, são de sua lavra.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'R. B.', is placed over a diagonal line.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13637.000146/95-46  
Acórdão : 203-03.030

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MAURO WASILEWSKI

Trata-se de lançamento do ITR/94 mantido pelo julgador de primeira instância com o argumento de que não cabia a apresentação de declaração retificadora na fase litigiosa.

Tem entendido esta Colenda Câmara que a modificação do Valor da Terra Nua - VTN na fase litigiosa não se consubstancia em retificação mas em defesa (impugnação) e, assim, através desta deve o contribuinte comprovar sua fundamentação.

Na espécie dos autos, já na fase recursal, o Recorrente apresentou Laudo Técnico de Avaliação que, em diligência, foi confirmado ser da EMATER - MG (fls. 55).

Todavia, em face de novo entendimento sobre a matéria, voto no sentido de anular o processo a partir da decisão monocrática, inclusive, visando que no novo julgamento seja conhecida a impugnação e analisados os aspectos de mérito. Em síntese, não se aplica à espécie o disposto no art. 147, parágrafo 1º, do CTN.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1997

MAURO WASILEWSKI